

Os Estados Unidos e o golpe da Guatemala: o caminho até a operação PBSUCCESS a partir da perspectiva interna do governo estadunidense

Lauro Niehues Carrer

Florianópolis - Santa Catarina - Brasil
Universidade do Estado de Santa Catarina
laurocarrer@gmail.com

Resumo: Este trabalho¹ tem como objetivo apresentar como se deu a aprovação da operação PBSUCCESS, que resultou no primeiro golpe de Estado realizado pelos Estados Unidos em um país latino-americano durante a Guerra Fria a partir da perspectiva interna do governo estadunidense. Utilizando de fontes documentais oficiais, liberadas através do Foreign Relations of the United States, que datam de 1952 a 1953 e que foram produzidas principalmente pelo Departamento de Estado, pela CIA e pela embaixada dos EUA na Guatemala, o presente artigo tem como problemática central compreender qual departamento ou agência governamental estadunidense prevaleceu no debate interno para que a intervenção na Guatemala em 1954 fosse aprovada. Primeiramente será abordada a Revolução Guatemalteca de 1944, que alterou os rumos da sociedade guatemalteca, rompendo com a ditadura de Jorge Ubico, que governava o país desde 1931. Na sequência, será tratado a respeito do monitoramento da situação na Guatemala por parte dos EUA até 1952. Após essa contextualização, será discorrido sobre como se deu a aprovação, em 1953, da intervenção na Guatemala, que ocorreria em junho de 1954.

Palavras-chave: Guerra Fria. Golpe da Guatemala. Intervencionismo estadunidense.

Introdução

A intervenção planejada e executada pelo governo dos Estados Unidos na Guatemala, em junho de 1954, foi a primeira intervenção estadunidense em um país latino-americano durante a Guerra Fria. Por meio da CIA, agência realizadora do golpe, ao lado de forças opositoras ao regime democrático de Jacobo Árbenz, que vigorava na Guatemala, foi realizada a operação PBSUCCESS, que teve como finalidade depor o então presidente e instaurar um governo considerado ideal de acordo com a ótica governamental estadunidense, sob comando de Castillo Armas. O artigo aqui apresentado tem como objetivo buscar compreender qual setor ou agência do governo dos EUA prevaleceu no debate interno a respeito de intervir na Guatemala, resultando

¹ O presente trabalho é uma versão adaptada do primeiro capítulo da minha dissertação de mestrado, defendida e publicada em 2024.

na aprovação, em agosto de 1953, da operação já mencionada. Para a realização desse trabalho foi utilizado de fontes documentais oficiais produzidas entre 1952 e 1953, disponibilizadas através do *Foreign Relations of the United States*, o FRUS, a maioria delas sendo originadas do Departamento de Estado, da CIA e da embaixada dos Estados Unidos na Guatemala.

A Revolução Guatemalteca de 1944

A Guatemala, na década de 1930, presenciou o colapso do seu mercado cafeeiro e a instauração de um regime autoritário sob o comando de Jorge Ubico, durante o qual houve um aumento da capacidade do Exército e suas funções, sendo que os generais, agora, presidiam as províncias. Na sua administração, a *United Fruit Company*, empresa estadunidense sediada no país desde 1901, aumentou seu monopólio em relação à economia guatemalteca, juntando-se à *International Railways of Central America* (IRCA), empresa que controlava boa parte das malhas ferroviárias na Guatemala e em El Salvador. A UFCo possuía a maior parte das terras da Guatemala, inclusive as ociosas; e ainda, durante o governo de Jorge Ubico, obteve maiores benefícios, tais como a diminuição de impostos sobre os produtos exportados e sobre os materiais importados para a construção de suas linhas ferroviárias e telefônicas (Vicente, 2014).

Em junho de 1944, ocorreram as primeiras manifestações, demandando eleições livres dos decanos e do reitor da Universidade de San Carlos. Por conta do aumento dessas manifestações, o então presidente se viu obrigado a renunciar seu cargo no dia 1º de julho de 1944. Após isso, o general Frederico Ponce foi alçado ao cargo de Presidente do país, mas logo foi deposto por uma ofensiva liderada por Jacobo Árbenz (Presidente que seria deposto no Golpe da Guatemala) (Cullather, 2006; Gleijeses, 1991; Vicente, 2014).

A administração de Arévalo, eleito em 1944, conforme estabelecido pela junta que sucedeu a Frederico Ponce (Jacobo Árbenz também fazia parte dessa junta), por mais que realizasse uma abordagem mais social e permitia maiores liberdades em contraste ao regime de Ubico, como maior liberdade de expressão (sobretudo em relação à população urbana), ainda possuía diversas barreiras que dificultavam a prática de um governo democrático. As reformas de Arévalo, como as novas leis trabalhistas, beneficiaram especialmente a população urbana, que pertencia à classe baixa e média (Cullather, 2006; Gleijeses, 1991)

Após o governo de Arévalo, o período que corresponde a administração de Jacobo Árbenz é quando o governo dos Estados Unidos passa a se comunicar internamente, com mais frequência e densidade, sobre a situação política da Guatemala. Os eventos políticos e sociais que aconteceram na Guatemala ocorreram simultaneamente com a entrada na Guerra Fria, portanto, os eventos ocorridos passaram a ter, gradativamente, uma maior importância para a política externa dos Estados Unidos em relação à América Latina no período.

O monitoramento dos EUA na Guatemala até 1952

Desde 1946, os EUA já investigavam sem grandes pretensões a situação do comunismo na Guatemala. Antes da eleição de Jacobo Árbenz na Guatemala, os agentes estadunidenses da CIA pouco sabiam da situação no pequeno país localizado na América Central. No entanto, em meio a essa política de Estado para o estrangeiro, o que a CIA interpretou foram claros sinais de uma ameaça aos interesses estadunidenses. Quando a Guatemala foi objeto de análise da agência de inteligência, os acontecimentos das décadas de 1940 e 1950 foram tratados exclusivamente a partir de um contexto geopolítico global de contenção do comunismo, não local, onde se levaria a própria história da Guatemala em consideração para analisar sua corrente situação (Cullather, 2006, p. 8).

O FBI já havia se interessado pela situação da Guatemala em 1946 e feito dossiês sobre as figuras de José Manuel Fortuny, líder do Partido Guatemalteco do Trabalho até 1947, e sobre Victor Manuel Gutiérrez, líder da *Confederación General de Trabajadores de Guatemala*, ambos os quais seriam de grande importância para as políticas tomadas por Árbenz durante o seu mandato; e também para a formação do seu pensamento político acerca de diversos temas presentes na sociedade guatemalteca daquela época, no mesmo período em que ocorre a transição de certas funções anteriormente cabidas ao FBI para a recém-fundada CIA em 1947 (Cullather, 2006).

Na conjuntura do período conhecido como Guerra Fria e o estabelecimento da CIA, presenciou-se o nascimento do anticomunismo como política de Estado, fazendo com que os departamentos, setores e agências governamentais dos EUA, os quais tratavam de assuntos relacionados à América Latina, fossem inseridos nessa política. Assim, a Guatemala, por conta dos eventos que ocorreram depois de 1944, vai ganhando

aos poucos um maior destaque no círculo interno do governo estadunidense, que se ocupava com a situação na América Latina.

Em 1947, com a criação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que demarcava a zona de segurança do hemisfério desde o Polo Norte até a Patagônia, em que os países participantes concordavam em lidar com assuntos internamente antes de os submeterem à ONU, qualquer ataque a um integrante significaria um ataque a todos os membros. O TIAR, por conseguinte, instaurou a coletivização da defesa, e de acordo com Moniz Bandeira (2017, n.p.): “[...] os Estados Unidos conseguiram um invólucro jurídico para arregimentar os países do hemisfério, em caso de guerra com a União Soviética [...]”, e também, em 1948, ocorre a fundação da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Tanto o TIAR como a OEA representaram na prática o que consistia essa nova conjuntura política, na qual os Estados Unidos observavam a América Latina como um campo de disputa, e que essa organização legitimaria eventuais intervenções, diretas ou indiretas, em países latino-americanos independentes. O TIAR, principalmente, era a ferramenta que possibilitava o intervencionismo direto através de um esquema de segurança hemisférica, uma vez que fundamentava uma ação conjunta dos países latino-americanos que fossem alvos de agressões externas ou conflitos internos (Vicente, 2014).

Outro ponto que deve ser destacado é o lançamento, a partir de 1947, da Doutrina Truman e da Doutrina da Contenção, que viria a servir como ponto principal entre a relação dos Estados Unidos com o resto do mundo. Foi através da implementação da Doutrina Truman, que priorizava a contenção do comunismo, que a América Latina ganhou destaque nas conversas internas do governo dos EUA (Munhoz, 2020; Santos, 2007).

No primeiro momento de funcionamento da CIA, as maiores preocupações que constituíam o trabalho de inteligência externa seguiam uma linha contínua de tarefas do que já era realizado no FBI. O foco de monitoramento da agência eram os movimentos e atividades peronistas e comunistas no território latino-americano, cenário no qual a Guatemala não se destacava, e assim permanecia como um tópico de prioridade baixa se comparada a outros locais, tanto na América Latina como no resto do mundo. Em 1949, por exemplo, já havia um discurso interno entre a embaixada estadunidense na Guatemala e o Departamento de Estado a respeito dos programas sociais; em especial, o de alfabetização da população guatemalteca, que a administração de Arévalo havia posto

em prática, interpretando esses atos como sinais de uma intervenção comunista no país (Cullather, 2006, p. 15; Schoultz, 2000, p. 375).

A partir de 1950, antes da eleição de Jacobo Árbenz, o governo dos Estados Unidos já observava a Guatemala com um olhar diferente do de 1946, quando o FBI realizou dossiês sobre alguns indivíduos guatemaltecos (Cullather, 2006; Gleijeses, 1991). A administração de Árbenz, de acordo com Gleijeses (1991, p. 134), foi contra as expectativas e esperanças que o governo Truman possuía no tocante ao governo de Árbenz. Isso demonstra que, apesar da Guatemala ter se tornado, após 1947, um país monitorado pela Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos, principalmente pelo movimento nacionalista que colidia com os interesses da UFCo, como também pela geopolítica do período, a identificação de comunistas trazia a ideia de que a nação pudesse se tornar um eventual local parceiro da União Soviética, até mesmo pela sua localização, na fronteira com o México. Nesse contexto, com o início das políticas sociais e econômicas de Árbenz, a CIA e o Departamento de Estado passaram a observar cautelosamente a situação da Guatemala e seus movimentos internos.

A operação PBFORTUNE

No dia 11 de janeiro de 1952, em um memorando enviado pelo Chefe da Divisão do Hemisfério Oeste da CIA, Joseph Caldwell King, para o Vice-Diretor de Planos da CIA, Frank G. Wisner, trataram-se diversos aspectos da situação interna na Guatemala. No documento em questão, J.C. King argumenta que: “Os comunistas continuam a ser muito ativos na Guatemala e continuam a receber apoio do governo”². Ele também discorre sobre a existência de um cenário possível em que uma revolta contra Árbenz aconteceria, caso as forças opositoras de Jacobo Árbenz, sendo o principal movimento capitaneado por Castillo Armas, fossem reunidas. Pode-se, assim, compreender que os agentes da CIA, ocupados com o monitoramento da situação na Guatemala, já possuíam conhecimento da situação do país e dos grupos de oposição ao governo de Árbenz (Holly; Patterson (org.), 2003, documento 2).

Dois meses depois, em março de 1952, foi publicado um documento do tipo “*National Intelligence Estimate*”³. Essa NIE aborda diversos temas, começando o

² Ver original: “The Communists continue to be very active in Guatemala and continue to receive government support”; tradução de minha autoria.

³ “Estimativa de Inteligência Nacional”; Tradução de minha autoria.

documento com foco na administração de Árbenz, atribuindo-lhe a característica de “oportunist” e tratando seu governo como um “acidente histórico”, ao colocar na figura de Francisco Arana o papel de líder da Revolução de 1944, e também que foi a sua morte que alçou Árbenz à presidência da Guatemala nas eleições de 1950 (Holly; Patterson (org.), 2003, documento 6).

Após isso, o documento discorre sobre a força e influência comunista no país, o potencial do anticomunismo interno e as principais forças anticomunistas da Guatemala, sendo elas: a Igreja Católica, os donos de terra e empresários, o sindicato dos trabalhadores ferroviários, uma grande parcela de estudantes universitários e certas figuras de liderança no sindicato dos professores; e, por fim, o Exército, o qual, segundo o documento, embora leal a Árbenz e à Revolução de 1944, provavelmente estava preparado para prevenir que os comunistas tomassem o poder na Guatemala (Holly; Patterson (org.), 2003, documento 6).

Da mesma forma, é mencionada ali a situação da *United Fruit Company* no país, concluindo-se o documento com os possíveis desdobramentos durante o ano de 1952 na Guatemala, que tem como primeiro ponto a relação entre o governo guatemalteco e a UFCo, pois, de acordo com o mesmo documento, os possíveis desenvolvimentos dependem dessa relação conflituosa. Outra questão a se destacar é que, se os comunistas tentassem tomar o poder em 1952, provavelmente seriam impedidos pelo Exército guatemalteco; e assim, tentariam subverter ou neutralizar o Exército para reduzir sua capacidade e evitar que os militares tomassem o poder (Holly; Patterson (org.), 2003, documento 6).

Em março, o *Acting Chief*⁴, da Divisão do Hemisfério Oeste, comunica para o Vice-Diretor da CIA⁵, a respeito de uma eventual ação direta da agência na Guatemala: “Se o governo guatemalteco não cair por si só, é concebível que mais medidas diretas se tornarão necessárias, e o planejamento para tal emergência irá proceder.”⁶ Encontra-se, ainda nesse documento, um anexo contendo um perfil do Coronel Castillo Armas, descrevendo sua personalidade, seu currículo educacional e carreira militar, e um breve resumo de sua história de oposição ao governo de Arévalo e Árbenz, abordando,

⁴ Nesse caso, o cargo de “*Acting Chief*” pode ser traduzido como ‘Chefe Interino’, não contendo no documento quem ocupava essa função naquele período.

⁵ No documento consta que o destinatário é Richard Helms, no entanto, quem ocupava tal cargo durante o ano de 1952 era Allen W. Dulles.

⁶ Ver original: “If the Guatemalan Government does not fall of its own weight it is conceivable that more direct measures may eventually become necessary, and planning for such an emergency will proceed.”; tradução de minha autoria.

inclusive, sua fuga da penitenciária nacional (Holly; Patterson (org.), 2003, documento 7). Nos finais de março, conforme consta em um telegrama da CIA, ele deveria ser contatado, o que demonstra que, em 1952, Castillo Armas já era visto pela CIA como uma figura importante na oposição a Árbenz (Holly; Patterson (org.), 2003, documento 8).

Em abril, Stuart Hedden⁷, inspetor geral da CIA entre 1952 e 1953⁸, encontrou-se com um lobista⁹ da UFCo, que, segundo Cullather (2006, p. 16), além de ser o principal condutor entre a companhia e as fontes do poder, ou seja, o governo estadunidense, era bem relacionado dentro dele (Holly; Patterson (org.), 2003, documento 9). No mesmo mês, o então presidente da Nicarágua, Anastasio Somoza, reuniu-se em Washington com oficiais do Departamento de Estado dos EUA, para os quais foi dito que, se fosse provido armamento, ele e Castillo Armas “tomariam conta de Árbenz” (Cullather, 2006, p. 28). Immerman (2004) complementa que Somoza, também conhecido como Tacho, após uma primeira reunião sem sucesso com determinados membros do Departamento de Estado, reuniu-se com Truman, o Secretário de Estado Dean Acheson, o Secretário de Defesa¹⁰ e seus assistentes¹¹, para discutir o auxílio dos Estados Unidos na deposição de Árbenz.

Até a reforma agrária ser aprovada no dia 17 de junho de 1952 e transformada em lei pelo Decreto nº 900, seu processo de criação fora monitorado pelo governo estadunidense, que já se preocupava com a situação política da Guatemala e sua possível inclinação ao comunismo. A reforma em questão iniciou-se nos fins de 1951, e foi um produto de Jacobo Árbenz, aliado aos membros do partido comunista da Guatemala, como também ao secretário geral da *Confederación Nacional Campesina de Guatemala* (CNCG), a principal confederação camponesa do país. Essas participações, em meio à constituição dessa lei, contribuíram para os oficiais do governo estadunidense acreditarem que ela permitiria uma maior infiltração da “influência comunista” na Guatemala.

Um mês depois, em julho, um memorando, repercutindo a implementação da reforma agrária, foi enviado para Frank G. Wisner, segundo o qual era iminente uma revolta contra Árbenz, que seria capitaneada por Castillo Armas; e, além disso, nesse

⁷ Embora o nome Stuart Hedden não conste no fim do documento, encontram-se ali suas iniciais, S.H.

⁸ Informação encontrada no seguinte *link*:

<https://www.maryferrell.org/search.html?q=Hedden&docid=144513>.

⁹ Thomas Corcoran.

¹⁰ Robert Lovett.

¹¹ Um dos assistentes foi o General Harry Vaughan, e o outro assistente, segundo Immerman, pode ter sido um indivíduo chamado Marrow.

momento, nos círculos internos da CIA, houve menção à necessidade do apoio governamental estadunidense para esse movimento de oposição, bem como recomendações para auxiliar esse movimento opositor a Árbenz com armamento e equipamentos, de modo que o apoio financeiro de 225 mil dólares foram repassados (Holly; Patterson (org.), 2003, documento 12).

De acordo com Cullather (2006, p. 29), os funcionários da CIA procuraram a permissão do Departamento de Estado no começo de julho, antes de prosseguir com o auxílio para os opositores de Árbenz. Segundo ele, o Vice-Diretor da CIA, Allen W. Dulles, encontrou-se com o Secretário Assistente de Estado para Assuntos Interamericanos¹², Edward G. Miller, que de acordo com Immerman (2004, p. 120) havia sido um dos membros do Departamento de Estado que havia se reunido com Somoza na primeira reunião que o então ditador da Nicarágua participou em Washington, antes de se encontrar com Truman, e com o Vice-Secretário Assistente de Estado para Assuntos Interamericanos¹³, Thomas C. Mann. Nessa ocasião foi dito que se desejava um novo governo na Guatemala, mas que, segundo o mesmo autor, Dulles não obteve uma resposta direta sobre a permissão para uma participação da CIA na deposição de Árbenz, o que foi interpretado por ele como uma aprovação para tal missão. Entretanto, o diretor da CIA, Walter Bedell Smith, não satisfeito com a situação, contatou o Subsecretário de Estado, David Bruce, que deu o aval para o início da operação intitulada PBFORTUNE, assinada no dia 9 de setembro. Immerman (2004, p. 121), salienta que apesar de Truman não possuir uma relação de proximidade com a realização de ações encobertas, o mesmo deve ter se convencido pela simplicidade com que a operação proposta por Somoza ocorreria.

Nos momentos finais de setembro, o embaixador dos Estados Unidos na Guatemala, Rudolf E. Schoenfeld, relata uma reunião ocorrida entre ele e o presidente da Guatemala, Jacobo Árbenz, na qual diversos assuntos foram discutidos; porém destacou-se a percepção estadunidense, tanto na imprensa quanto no Congresso, de uma infiltração comunista na Guatemala. Schoenfeld serviu, desde 1915, no serviço estrangeiro dos Estados Unidos e, durante a Segunda Guerra Mundial, serviu em Londres, sendo em sequência enviado para ser embaixador na Romênia entre 1945 e 1950; logo após, passou a ocupar o cargo de embaixador estadunidense na Guatemala. (Kane; Sanford Jr.; Slany (org.), 1983, p. 1039-1041; New York Times, s.d.).

¹² *Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs.*

¹³ *Deputy Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs.*

O embaixador em questão escreve: “O Presidente Árbenz me disse que ele pensava que a imprensa americana havia pintado uma falsa imagem da Guatemala. Uma que dava a impressão de que o governo guatemalteco era comunista. Como eu sabia, ele não era comunista.”¹⁴ Pode-se observar que, enquanto a CIA estava em meio a uma operação para retirar Árbenz do governo guatemalteco, o embaixador estadunidense na Guatemala afirmava que o país não era comunista, e ainda dialogava com Árbenz a respeito da visão estadunidense da situação política guatemalteca. Isso demonstra que o havia discordâncias no círculo interno do governo Truman em relação à administração de Árbenz, e que a mesma apresentava uma ameaça tão concreta para a qual seria necessária uma forte ação direta (Cullather, 2006, p. 27; (Kane; Sanford Jr.; Slany (org.), 1983, p. 1039-1041).

Após a aprovação da operação PBFORTUNE, J.C. King adquiriu um carregamento de armamentos contrabandeados confiscado pelas autoridades responsáveis pelos portos em Nova York, o qual continha 250 rifles, 380 pistolas, 64 metralhadoras e 4.500 granadas. Após serem embaladas como se fossem maquinário agrícola, elas saíram do porto de Nova Orleans, no começo de outubro, rumo à Nicarágua em um navio cargueiro da UFCo (Cullather, 2006, p. 29-30; Immerman, 2004, p. 121). Já no Departamento de Estado dos Estados Unidos, foi enviado, no começo de outubro, um memorando de Thomas C. Mann para o Secretário de Estado Dean Acheson, dizendo que Somoza: “[...] ganhou uma impressão, equivocada, no entanto, de que uma ação militar direcionada para retirar o atual governo guatemalteco teria a benção dos Estados Unidos”¹⁵ (Kane; Sanford Jr.; Slany (org.), 1983, p. 1041-1043).

Ainda, de acordo com o documento acima, Miller e Mann, em ocasiões distintas, disseram ao embaixador da Nicarágua nos Estados Unidos¹⁶, que os EUA não perdoariam uma invasão militar contra um de seus vizinhos, sendo apontado que a não agressão era um dos pontos principais do sistema interamericano. Foi dito ao embaixador que os EUA estariam preocupados com a “[...] a influência comunista no governo guatemalteco, e que seria mais apropriado realizar uma abordagem a esse

¹⁴ Ver original: “President Árbenz said he thought the American press had painted a false picture of Guatemala. It gave the impression that the Guatemalan Government was Communist. As I knew, it was not Communist”; tradução de minha autoria.

¹⁵ Ver original: “[...] has gained the impression, however mistakenly, that a military venture directed at the overthrow of the present Guatemalan Government would have the blessing of the United States.”; tradução de minha autoria.

¹⁶ Sevilla Sacasa.

problema por meio da ODECA (Organização dos Estados Centro-Americanos), ou, se não for possível, através dos procedimentos regulares estabilizados da OEA, se praticável”¹⁷ (Kane; Sanford Jr.; Slany (org.), 1983, p. 1041-1043).

Apesar de a CIA estar planejando e auxiliando Castillo Armas, conforme esse memorando, os mesmos Miller e Mann, pertencentes ao Departamento de Estado, que se encontraram com Allen W. Dulles, estariam negando que os Estados Unidos auxiliassem na deposição de Árbenz, também contradizendo o fato sobre o aval dado do Vice-Secretário de Estado, David Bruce, para Walter Bedell Smith, para prosseguir com a operação para retirar Árbenz do poder na Guatemala (Kane; Sanford Jr.; Slany (org.), 1983, p. 1041-1043).

Assim, entrando o mês de outubro, havia uma grande dissidência de opiniões em diversos ambientes governamentais dos Estados Unidos. Nicholas Cullather (2006, p. 30-31), argumenta que Acheson, a figura principal do Departamento de Estado, temia que uma operação falha desse tipo pudesse destruir os restos remanescentes da Política da Boa Vizinhança de Roosevelt, e que os Estados Unidos haviam prometido não intervir nos assuntos internos dos países latino-americanos, e também que a invasão a um país membro da OEA, por conta da expropriação de uma empresa estadunidense, poderia atrasar a política externa dos Estados Unidos da América.

A intervenção na Guatemala por parte dos Estados Unidos estava prosseguindo, mas também havia uma forte dúvida no círculo interno do governo norte-americano sobre tal ação direta num país latino-americano independente, principalmente no Departamento de Estado. Conforme Immerman (2004), Miller, o qual não sabia que Truman havia concordado com o plano, foi contatado pelo filho de Somoza para saber a respeito do carregamento; e, alguns dias depois, recebeu um pedido de autorização da divisão de munição do departamento.

Após isso, foi acompanhado de David Bruce e do Vice Subsecretário do Departamento de Estado¹⁸, para se encontrar com Acheson¹⁹, que, por sua vez, reuniu-se com Truman, provavelmente na tentativa de o convencer a cancelar a operação (Gleijeses, 1991, p. 231). Por conta desses fatores, no dia 8 de outubro de 1952, Acheson

¹⁷ Ver original: “[...] communist influence in the Guatemalan Government and that it might be more appropriate to approach that problem through ODECA (Organization of Central American States) or, if that were not possible, through the regularly established procedures of the OAS, if practicable.”; tradução de minha autoria.

¹⁸ H. Freeman Matthews.

¹⁹ Immerman (2004) argumenta que Dean Acheson pode ter ficado à margem da operação PBFORTUNE.

convocou Walter Bedell Smith para cancelar a operação PBFORTUNE, e, no mesmo dia, a CIA em um *report* concluiu, no dia 8 de outubro, que o “[...] Estado para o *show*”²⁰ (Holly; Patterson (org.), 2003, documento 20).

Às 16 horas do dia 8 de outubro, uma reunião ocorreu no Departamento de Estado, na qual estavam presentes David Bruce, Edward G. Miller e Thomas C. Mann, além de Frank G. Wisner e J.C. King²¹. Segundo esse memorando, produzido pela CIA, no qual se relata a reunião, foi dito que Wisner, em nome do DCI (sigla que se refere ao diretor da CIA), argumentou que a agência entendeu que o Departamento de Estado havia aprovado que a CIA enviasse equipamentos para um determinado grupo, o qual estava planejando o uso da violência contra um determinado governo. David Bruce frisou que: “[...] O Departamento aprova muitas atividades que a agência realiza no mundo todo e não gosta de ser chamado de obstrucionista, mas, no presente caso, como foi chamado para aprovar uma exportação, é forçado a afirmar que desaprova todo o acordo”²²; e também foi dito que o Departamento de Estado não levantaria nenhuma objeção em relação ao auxílio monetário que a CIA realizava sem a aprovação do departamento (Holly; Patterson (org.), 2003, documento 23).

Às 22 horas do mesmo dia, uma nova reunião²³ aconteceu, relatada em um novo memorando. Nele, apresenta-se que a operação foi cancelada devido à indiscrição do filho de Anastasio Somoza, ao perguntar a Miller onde estava o maquinário, e dos embaixadores da Nicarágua e da República Dominicana, os quais perguntaram a Thomas Mann sobre o mesmo assunto. King diz que: “Isso confirmou a nossa crença de que nenhum latino-americano pode ser confiado para manter sua boca fechada”²⁴ (Holly; Patterson (org.), 2003, documento 24).

Esses documentos expedidos no dia 8 de outubro de 1952 demonstram que a CIA e o Departamento de Estado, por mais que houvesse comunicação entre eles, estavam em constante desacordo em relação a uma intervenção na Guatemala, e que Somoza não

²⁰ Ver original: “[...] States stops the show”; tradução de minha autoria.

²¹ Mais H. Freeman Matthews e Robert P. Joyce, membros do Departamento de Estado, e dois indivíduos não identificados que pertenciam à CIA.

²² Ver original: “[...] the Department approves of many of the activities which the Agency is carrying out throughout the world and does not like to be called obstructionist, but in the present case, as it has been called upon to approve an export permit, it is forced to state that it disapproves of the entire deal.”; tradução de minha autoria.

²³ Não se tem conhecimento de onde isso ocorreu, e dos três participantes mencionados, o único do qual se encontra o nome é J.C. King, mas sob o pseudônimo de K., que também é o autor do memorando.

²⁴ Ver original: “This confirmed our general belief that no Latin American can be trusted to keep his mouth shut”; tradução de minha autoria.

tinha conhecimento das desavenças internas entre o Departamento de Estado e a CIA. É a partir desse momento que a operação é cancelada formalmente, e a CIA ainda continua tendo o governo de Árbenz como um alvo. Ao final do memorando, passa-se a pensar em novas soluções para enviar o armamento através de Nova Orleans para Castillo Armas, contrariando assim o Departamento de Estado.

Um dia após o cancelamento por parte do Departamento de Estado da operação da CIA que estava em curso, no dia 9 de outubro de 1952, às 9 horas da manhã, uma reunião foi realizada no escritório do DCI Walter Bedell Smith, estando presentes ele e J.C. King²⁵. Nesse encontro, Smith ratificou que a operação estava cancelada, mas que a agência possuía responsabilidades com os indivíduos que estavam em campo e que haviam se comprometido com a operação. Ele ainda discorreu que a CIA era uma agência executiva, a qual meramente carregava as políticas do Departamento de Estado e do Departamento de Defesa (Holly; Patterson (org.), 2003, documento 25).

O outro integrante da reunião argumentou que o Departamento de Estado, em breve, poderia mudar de ideia por conta do que poderia acontecer na região do Caribe, o que foi concordado por Smith. Após isso, tratou-se sobre como deveria ser enviado o armamento a Castillo Armas, caso a operação não fosse cancelada, e J.C. King argumentou que esse envio poderia ser feito para outro local e destinatário sob o total comando da agência (Holly; Patterson (org.), 2003, documento 25).

Em seguida, Smith telefonou para David Bruce, que, segundo o referido documento, não realizou nenhuma objeção, o que resultou na aprovação de Smith para J.C. King, a fim de que o carregamento fosse enviado para um lugar se ele fosse seguro, e se fosse verdade que existiam autorizações para tal manobra. Portanto, o armamento, já em trânsito para o seu destino original, foi redirecionado até um local estabelecido na Zona do Canal do Panamá, com o intuito de lá permanecer caso a operação fosse retomada, pois, entre 1952 e 1953, não estava ativa nem desativada, fornecendo 3 mil dólares semanais para Castillo Armas manter uma força de tamanho reduzido (Cullather, 2006; Holly; Patterson (org.), 2003, documento 25; Immerman, 2004).

No dia 10 de outubro, uma mensagem que deveria ser encaminhada por Karl²⁶ para Rufus, pseudônimo do Coronel Castillo Armas, é relatada em um memorando redigido por J.C. King. A mensagem informa que o carregamento fora enviado para um novo local, e que muitos funcionários do governo estadunidense eram simpáticos ao

²⁵ Mais um funcionário da CIA que não fora identificado.

²⁶ Não foi encontrado a quem se refere.

movimento de Armas (mas que a política governamental era baseada nos acordos internacionais que forçaram o governo estadunidense a tomar essa decisão, e que a CIA estava considerando qual será o próximo passo) (Holly; Patterson (org.), 2003, documento 26). Também, no mesmo dia, um *report* com o título de *Central Intelligence Agency Information Report*, tratando sobre a orientação política pessoal de Jacobo Árbenz e a possibilidade de um golpe da esquerda, foi produzido (Holly; Patterson (org.), 2003, documento 27).

O autor do referido documento aponta que Árbenz possuía uma maior aproximação com a política dos EUA do que com o comunismo soviético, e que ele acreditava estar usando os comunistas para sua vantagem, e não o contrário. Argumenta, também, que Árbenz está ciente da dependência econômica da Guatemala com os Estados Unidos, e que o maior risco existente é de um golpe interno realizado pela esquerda guatemalteca do que um golpe dos conservadores. Em suma, afirma que Árbenz não era um comunista, mas que eles estariam infiltrados no governo, inclusive se preparando para tomar o poder, ou após o mandato de Árbenz, ou mesmo com seu assassinato, o qual serviria para culpabilizar os opositores como os executores desse ato contra o então presidente da Guatemala, além de angariar o apoio da população (Holly; Patterson (org.), 2003, documento 27).

Em fins de outubro, agente da CIA Jacob R. Seekford envia um memorando para J.C. King abordando que, no dia 27 de outubro, ele informou a Armas que o Departamento de Estado cancelou o envio do armamento, por conta das aproximações indiscretas realizadas por Somoza e Trujillo ao departamento. Calligeris, outro pseudônimo de Castillo Armas, de acordo com o documento, respondeu-lhe discorrendo que os Estados Unidos não tinham outra maneira de encarar a situação ocorrida, e que as ações de Somoza e Trujillo foram mal consideradas, e que enviaria para cada um cartas por intermédio de seus oficiais, requisitando que eles explicassem essas ações. Armas complementa dizendo que meses de trabalho duro desapareceram, mas que eles devem recomençar do início e continuar lutando, e que, antes de uma nova ação, uma revisão de todo problema deveria ser realizada, sugerindo também que os líderes da sua organização devessem se encontrar com Seekford (Holly; Patterson (org.), 2003, documento 29).

Em 1º de novembro, um telegrama da CIA é enviado²⁷ à estação da agência na Guatemala, lamentando que, no momento, só poderia aconselhar cautela e que, talvez em outro momento próximo, fundos para propaganda estariam disponíveis, não sendo possível ser mais específico, mas que eles manteriam a estação informada (Holly; Patterson (org.), 2003, documento 30). No dia 17, em Nova York, ocorre um encontro entre o Secretário de Estado Dean Acheson e o embaixador da Guatemala nos Estados Unidos, Guillermo Toriello (Kane; Sanford Jr.; Slany (org.), 1983, p. 1050-1052).

No encontro em questão, o assunto tratado foi a relação entre os Estados Unidos e a Guatemala, momento em que o embaixador discorreu sua preocupação a respeito do olhar e da propaganda contra o seu país, presente na imprensa estadunidense, e que ele mesmo era veementemente contra o comunismo, salientando que a maior parte dos comunistas no país eram estrangeiros, e também que as políticas de Árbenz visavam identificá-los e desacreditá-los (Kane; Sanford Jr.; Slany (org.), 1983, p. 1050-1052). No dia 1º de dezembro, uma reunião aconteceu entre Toriello e o embaixador dos Estados Unidos na Guatemala, Schoenfeld²⁸, destacando que o país, naquele momento, ainda estava disposto a se comunicar com os membros do governo estadunidense (Kane; Sanford Jr.; Slany (org.), 1983, p. 1052-1055).

Ainda, em 1º de dezembro de 1952, publicou-se um *report* preparado pela CIA, em que a primeira seção aborda a situação atual da Guatemala, sendo dividida em dois tópicos: exército e política; e a segunda seção trata sobre as atividades da organização de Calligeris (Castillo Armas) na Guatemala. Segundo o autor do documento, ele não estaria a par de toda a preparação militar na Guatemala, porém, atingiu-se um alto nível de organização e nunca se esteve tão pronto como nesse momento (Holly; Patterson (org.), 2003, documento 32).

Na segunda seção do documento, são abordados diversos aspectos do plano da oposição para tomar o governo guatemalteco; por exemplo, as cidades onde existem possíveis opositores a Árbenz; a quantidade de homens e qual o armamento disponível; os diferentes grupos e suas especificidades, como os grupos K, que possuem a missão de assassinar líderes políticos e militares; os sabotadores; e também se encontra no documento um espaço dedicado à guerra psicológica. Um ponto a se destacar é que o autor desse texto emprega o pronome “nós” diversas vezes, por exemplo, ao tratar dos

²⁷ Relacionado a outro documento que não se encontra na coleção analisada aqui, neste trabalho.

²⁸ E também com a participação de Milton K. Wells, conselheiro dos Estados Unidos nas Nações Unidas.

sabotadores. Ele discorre: “[...] nós temos times prontos para sabotar as comunicações [...]”²⁹ (Holly; Patterson (org.), 2003, documento 32).

Ainda em dezembro, o DCI Walter Bedell Smith envia para o Subsecretário de Estado, David Bruce, um memorando que repassa informações obtidas, como a compra de armamento por parte da Guatemala, segundo o qual iria para grupos comunistas. Smith argumenta que o governo guatemalteco aumentou o seu apoio em relação às atividades comunistas e “antiamericanas” em outros países da América Central (Kane; Sanford Jr.; Slany (org.), 1983, p. 1055-1056).

Além disso, Smith também aborda que El Salvador estaria preparando um golpe contra a Guatemala, e, ao final do memorando, afirma que: “Em concordância com as instruções do Departamento de Estado, nós não demos nenhuma assistência que seja aberta ou encoberta para esse grupo.”³⁰ Mas, ao mesmo tempo em que o DCI se reportava ao Departamento de Estado, a CIA continuava trabalhando em uma operação, cancelada formalmente desde outubro de 1952 (Kane; Sanford Jr.; Slany (org.), 1983, p. 1055-1056).

Em 1º de janeiro de 1953, um documento preparado internamente³¹ no Departamento de Estado dos EUA, com o título de “Comunismo no mundo livre: Capacidades do Partido Comunista, Guatemala”³², abordava a infiltração comunista no país e sua influência (Holly; Patterson (org.), 2003, documento 33). Assim, no dia 13 de fevereiro, o embaixador Schoenfeld envia como resposta uma carta, na qual detalha essa infiltração comunista no país³³ (Holly; Patterson (org.), 2003, documento 34). Nesses dois documentos, um produzido no Departamento de Estado e o outro pelo embaixador dos EUA na Guatemala (mas também destinado ao departamento), é possível observar que aquilo que antes era primariamente uma visão da CIA a respeito da situação na Guatemala, foi ganhando espaço no Departamento de Estado, o qual havia tido um papel preponderante no cancelamento da operação PBFORTUNE.

²⁹ Ver original: “[...] we have teams ready to sabotage communications [...]”; tradução de minha autoria.

³⁰ Ver original: “In accordance with State Department instructions, we have given no overt or covert assistance to this group”; tradução de minha autoria.

³¹ *Office of Intelligence Research*, que pode ser traduzido como: “Escritório de Pesquisa de Inteligência”.

³² Ver original: “Communism in the free world: Capabilities of the Communist Party, Guatemala”; tradução de minha autoria.

³³ A pedido do Assistente Especial de Inteligência para o Secretário de Estado, Armstrong, para que ele realizasse uma análise de um documento do tipo NIE, que data de 12 de dezembro de 1952, que não fora encontrado.

O Governo Eisenhower e a aprovação da operação PBSUCCESS

Com o fim do mandato do presidente Harry S. Truman e a eleição do republicano Dwight D. Eisenhower, no dia 20 de janeiro de 1953, novas esperanças suscitaram para Smith e J.C. King, que esperavam que a operação fosse retomada oficialmente (Cullather, 2006, p. 32). Entre os conselheiros de Eisenhower sobre a política externa dos Estados Unidos, o principal foi o Secretário de Estado John Foster Dulles, sucessor de Dean Acheson, ocupando a função de conselheiro diplomático chefe³⁴ e porta-voz de política internacional, que permaneceu no cargo de Secretário de Estado até 1959. Irmão de Allen W. Dulles, formou-se pela Universidade de Princeton, trabalhou na firma de advocacia *Sullivan e Cromwell* e, após servir como advogado durante a Segunda Guerra Mundial no *War Trade Board*, exerceu advocacia no mercado privado, porém sempre manteve relações com membros do governo estadunidense, principalmente da ala republicana, sendo apontado pelo governador de Nova York para o cargo de senador³⁵ (Office of the Historian, s.d.).

John Foster Dulles ganhou respeito e confiança de Eisenhower, sendo raros os conselhos não seguidos, porém, o recém apontado Secretário de Estado pouco interesse possuía a respeito de assuntos interamericanos, exceto quando alguma questão interamericana esbarrava no seu anticomunismo. Para John Foster Dulles, filho de ministro presbiteriano, a Guerra Fria era vista como um confronto entre a cristandade contra o ateísmo, chegando a comparar os escritos de Lenin e Stalin com o *Mein Kampf*, de Hitler. Immerman (2004, p. 123-124) destaca que, em meio ao contexto geopolítico da Guerra Fria, a defesa dos interesses da UFCo por parte do governo estadunidense significava, também, defender o hemisfério ocidental do comunismo; porém, as ligações entre funcionários do governo e a empresa não poderiam ser ignoradas. Tanto John Foster Dulles como Allen W. Dulles tinham laços com a *United Fruit Company*, pois ambos trabalharam no escritório de advocacia *Sullivan and Cromwell*, uma firma localizada em Wall Street, Nova York, que possuía a UFCo como cliente, com John Foster Dulles chegando ao cargo de associado sênior dessa mesma firma. Além dos irmãos Dulles, outros funcionários do governo detinham conexões com a empresa, particularmente John M. Cabot, Secretário Assistente de Estado para Assuntos

³⁴ Em inglês, *chief diplomatic adviser*.

³⁵ John Foster Dulles foi apontado para o cargo de senador e não se elegeu para o senado quando as eleições foram realizadas, permanecendo poucos meses no cargo.

Interamericanos de 1953 até 1954, o qual possuía um estoque substancial de ações da empresa que estava em conflito com o governo guatemalteco (Gleijeses 1991, p. 90, 236; Immerman, 2004, p. 17, 123-124; Schoultz, 2000, p. 374).

Nessa nova organização da política interna dos Estados Unidos, com a CIA e o Departamento de Estado alinhando-se no posicionamento a respeito da situação da Guatemala, o presidente Eisenhower, segundo Gleijeses (1991, p. 238): “[...] assegurou que o Departamento de Estado e a CIA atuariam em conjunto. Sob sua liderança, a CIA recebeu maior latitude, e suas operações encobertas foram enfatizadas.”³⁶ Allen W. Dulles, Vice-Diretor da CIA entre agosto de 1951 e fevereiro de 1953 (que sucedeu a Walter Bedell Smith ocupando o cargo de DCI até 1961), discorreu em um memorando, em março de 1953, que as chances de sucesso da operação aumentariam caso houvesse um esforço coordenado com o campo político. Ele sugeriu que Eisenhower poderia expressar em uma coletiva de imprensa sua preocupação com a penetração do comunismo soviético e seu desejo de consultar, através do TIAR, ou do Pacto do Rio, como consta no documento, com os outros países latino-americanos que seriam afetados pela infiltração do comunismo na América Central e, conseqüentemente, em toda a América Latina (Holly; Patterson (org.), 2003, documento 36).

Cullather (2006, p. 33) argumenta que, até esse momento, Walter Bedell Smith, que havia se tornado Subsecretário de Estado, e J.C. King trabalharam para manter a operação ativa na Guatemala, até que a administração de Eisenhower tomasse uma decisão final; e que o maior receio de King era que uma rebelião começasse antes de a CIA auxiliar suficientemente; e, no caso de uma eventual derrota, a agência poderia perder seus ativos na Guatemala. Smith, segundo o autor, incentivou o Departamento de Estado a aprovar um programa “*cover*” antes que não fosse possível auxiliar esse movimento contra Árbenz, tendo exagerado parcialmente, pois Armas não possuía planos imediatos para executar tal revolta.

Nos fins do mês de março, ocorre uma reunião em que se faziam presentes John M. Cabot e o embaixador da Guatemala nos Estados Unidos, Guillermo Toriello³⁷. Nela, o embaixador da Guatemala abordou novamente as acusações a respeito de a Guatemala ser comunista, bem como a propaganda anticomunista de que o país era alvo. Segundo o

³⁶ Ver original: “[...] assured that the State Department and the CIA would act in concert. Under his leadership, the CIA was given increased latitude, and its covert operations were emphasized”; tradução de minha autoria.

³⁷ Além de John W. Fisher, do “Office of the Middle American Affairs”, que pode ser traduzido como “Escritório de Assuntos Centro-Americanos”.

embaixador, as acusações de comunismo eram feitas por indivíduos opositores às reformas sociais e econômicas que sucediam no país. Fora dito ao embaixador por Cabot que os Estados Unidos não queriam interromper nenhuma reforma em país algum, mas que as acusações feitas à Guatemala os preocupavam. Cabot, de acordo com o memorando, argumentou que a situação da expropriação da UFCo era um dos principais problemas subsidiários do comunismo, porém o embaixador mencionou que o governo não queria expulsar a UFCo do país, apenas regulá-la (Kane; Sanford Jr.; Slany (org.), 1983, p. 1058-1061).

Dois meses depois, em maio, um NIE é publicado, tratando sobre os possíveis desenvolvimentos na Guatemala, mencionando que os governos de El Salvador e Nicarágua, temerosos de que os comunistas chegassem ao poder na Guatemala e realizassem uma eventual expansão de influência em seus territórios, estariam considerando seriamente uma ação secreta com objetivo de depor o atual governo, porém não possuíam força militar suficiente. No documento, discorre-se que a hospitalidade da Guatemala com os comunistas poderia resultar em uma fuga de comunistas dos Estados Unidos para a Guatemala (Kane; Sanford Jr.; Slany (org.), 1983, p. 1061-1071).

Ainda em maio, um memorando de Raymond G. Leddy, que estava em comando do *Central America and Panama Affairs*³⁸, para Cabot, ou seja, nos círculos internos do Departamento de Estado, afirmava que a UFCo continuava sendo o alvo primário da coalizão de esquerda do governo guatemalteco por três anos, e que, os Estados Unidos, apesar da pressão para ser realizada uma intervenção direta, não cederam por conta de que isso seria uma violação da sua política em relação à América Latina; porém, no presente momento, eles encorajariam as nações centro-americanas a se posicionarem contra a “infiltração guatemalteca”, com o objetivo de levar essa situação a ser debatida na OEA (Kane; Sanford Jr.; Slany (org.), 1983, p. 1071-1073).

Em 26 de maio, um “*Special Paper*”, preparado³⁹ na *Division of Research for Latin America*⁴⁰, localizada no Departamento de Estado, discorria sobre os possíveis desdobramentos de uma eventual ajuda militar para El Salvador, Honduras e Nicarágua, para entrar em conflito contra a Guatemala. O documento afirmava que a venda de armas dos Estados Unidos para esses países poderia ocasionar uma intervenção direta por parte deles na Guatemala, o que habilitaria o país a levar o caso para a OEA. O Departamento

³⁸ “Assuntos Centro-Americanos e Panamenhos”, tradução de minha autoria.

³⁹ Uma espécie de “artigo especial” que contém um tema específico.

⁴⁰ “Divisão de Pesquisa para a América Latina”; tradução de minha autoria.

de Estado, portanto, já tinha o intuito de auxiliar forças que depusessem Árbenz, porém ainda não se envolvendo diretamente, temendo o risco de romper com sua política de não intervenção para os países membros da OEA (Holly; Patterson (org.), 2003, documento 37).

Durante o verão estadunidense, que durou entre junho e agosto, Eisenhower engajou-se em uma série de discussões para redefinir novas estratégias de combate durante a Guerra Fria. Tais discussões, intituladas *solarium talks*, tiveram como resultado a aprovação, em outubro de 1953, do documento do Conselho de Segurança Nacional, NSC 162/2, conhecido publicamente como “*New Look*”⁴¹, no qual foi definida uma abordagem que priorizava o uso de baixo orçamento, uma força militar mais efetiva e móvel, intimidação nuclear e armamento de aliados. Essa nova política enfatizou o planejamento e execução das operações encobertas, vistas por Eisenhower como uma alternativa menos cara do que a intervenção militar direta (Cullather, 2006).

A aprovação legal de uma operação comandada pela CIA, que resultaria no fim do governo Árbenz na Guatemala, teve o seu processo em completo sigilo, e os poucos indivíduos que sabiam das intenções do governo estadunidense para executar um golpe na Guatemala eram alguns membros do alto escalão da Casa Branca, do Departamento de Estado e da CIA. O Secretário Assistente de Estado para Assuntos Interamericanos, John M. Cabot, por exemplo, só soube que a operação havia recebido o aval de Eisenhower em setembro, quando Cabot se encontrou com Walter Bedell Smith (Gleijeses, 1991, p. 243; Immerman, 2004, p. 133-134).

No dia 12 de agosto de 1953, o *National Security Council* (NSC), autorizou a realização das “*covert actions*”⁴² na Guatemala, e também se registrou a ocorrência de uma reunião, na qual o *Psychological Strategy Board*⁴³, um comitê composto pelo Subsecretário de Estado, o Vice-Secretário de Defesa e o Diretor da CIA, ou seus respectivos representantes, autorizaram o DCI, com alta prioridade, a prosseguir com o projeto, podendo contatar os Departamentos de Estado e de Defesa para o apoio necessário. Esse projeto seria a operação PBSUCCESS, uma outra tentativa, após o cancelamento da PBFORTUNE, de depor o presidente da Guatemala, Jacobo Árbenz (Holly; Patterson (org.), 2003, documento 40).

⁴¹ “Novo olhar”; tradução de minha autoria.

⁴² “Ações encobertas”; tradução de minha autoria.

⁴³ “Comitê de Estratégia Psicológica”; tradução de minha autoria.

Em 17 de agosto de 1953, um memorando foi enviado de J.C. King para o DCI Allen W. Dulles. Nele, King argumenta que as instruções recebidas “[...] desde outubro de 1952, foram para se evitar qualquer ato que poderia ser considerado uma ‘fagulha’ para o movimento revolucionário, mas para se preparar para auxiliá-los.”⁴⁴ Porém, nesse momento, segundo o documento, Armas estaria com pouco apoio externo, o que poderia prejudicar seu avanço na Guatemala: “Agora está claro que ajuda insuficiente virá do Caribe para que RUFUS possa avançar”⁴⁵ (Holly; Patterson (org.), 2003, documento 41).

Portanto, depreende-se que a CIA se encontrava em meio a duas opções: a primeira, aceitar a situação presente de um possível fracasso de Castillo Armas, por conta do pouco apoio dado por parte dos países do Caribe, retirar todo o apoio já dado a ele e liquidar os mecanismos que foram postos para auxiliá-lo; e a segunda, através de ações encobertas, ajudá-lo com armamentos, aviões e financiamento para a realização de uma ação que tenha sucesso.

Dois dias depois, em 19 de agosto, em uma reunião ocorrida no apartamento de J.C. King às 13 horas com Frank G. Wisner, foi discutido sobre as mudanças internas que ocorreriam no Departamento de Estado⁴⁶ (Holly; Patterson (org.), 2003, documento 42). Nesse mesmo dia, um rascunho de um artigo sobre as políticas para a Guatemala⁴⁷, com o intuito de ser enviado ao National Security Council (NSC)⁴⁸, tratava das possíveis abordagens políticas contra o comunismo no país, como manipular a opinião latino-americana contra o progresso do comunismo na Guatemala mediante operações encobertas, e dar apoio nos momentos certos à Igreja Católica guatemalteca em sua luta contra o comunismo local (Kane; Sanford Jr.; Slany (org.), 1983, p. 1074-1086).

No dia 27 de agosto de 1953, ocorre uma nova reunião entre King e Wisner⁴⁹, na qual foram dadas instruções para o Vice-Diretor de Planos da CIA. Foi discutido, nela, que o novo embaixador dos Estados Unidos na Guatemala seria John E (Holly; Patterson (org.), 2003, documento 44). Peurifoy, que, após ter ocupado cargos no

⁴⁴ Ver original: “[...] since October 1952, have been to avoid any act which could be considered as ‘sparking’ the revolutionary movement, but to be prepared to assist”; tradução de minha autoria.

⁴⁵ Ver original: “It is now evident that insufficient help will be forthcoming from the Caribbean for RUFUS to move”; tradução de minha autoria.

⁴⁶ Foi mencionado que Raymond G. Leddy seria alçado ao cargo de chefe do Office of Middle American Affairs do Departamento de Estado, e sobre o Vice-Coordenador de Operações do Departamento de Estado James Lampton Berry, que seria a ligação entre o departamento e a agência.

⁴⁷ “Escritório de Assuntos Interamericanos”; tradução de minha autoria.

⁴⁸ Esse documento foi preparado no Bureau of Inter-American Affairs, e não se sabe se o mesmo chegou a ser enviado ao NSC.

⁴⁹ E também Tracy Barnes, Chefe do Political and Psychological Staff, inserido no Directorate for Plans.

Departamento de Estado, iniciou sua carreira de embaixador na Grécia em 1950 (Office of the Historian, s.d.). Essa mudança, segundo Immerman (2004, p. 134, 136-137) se deu pelo fato de Schoenfeld ser considerado um indivíduo que não possuía o temperamento certo para essa operação, também mencionando que, no verão ou na primavera de 1953, o chefe da estação da CIA na Guatemala⁵⁰ colocou uma escuta no partido comunista da Guatemala (PGT) que foi descoberta por seus membros, e que, quando Schoenfeld soube desse acontecimento, requisitou ao chefe da estação que todas as mensagens fossem enviadas através da embaixada dos Estados Unidos na Guatemala⁵¹. Ademais, internamente, no Departamento de Estado, Schoenfeld era considerado um intelectual muito cauteloso. Já Peurifoy era considerado um homem de ação, não um intelectual, sendo um admirador de Joseph McCarthy, senador estadunidense que liderou o período de perseguição interna dos comunistas nos anos 1950 (Cullather, 2006, p. 45).

Ao fim do memorando, observa-se que Wisner enfatizou para King que a Guatemala seria a prioridade número um da CIA, e que o próprio King seria o responsável por colocar o “[...] *show* na estrada.”⁵². Nesse momento, a CIA e o Departamento de Estado, embora estivessem na mesma página no que dizia respeito à Guatemala e à necessidade de uma intervenção direta, estavam atuando contra esse país em diferentes formas; porém, era a Agência Central de Inteligência que comandava as operações encobertas que visavam à deposição de Árbenz.

Pode se observar, portanto, que desde 1952 a CIA colocava-se partidária a uma intervenção na Guatemala, porém foram as mudanças internas que levaram a aprovação dessa intervenção, as quais somente aconteceram em 1953 no governo estadunidense com a eleição de Eisenhower, que ensejaram uma nova configuração do Departamento de Estado e seu alinhamento com a CIA, além da troca do embaixador estadunidense na Guatemala.

Considerações finais

Vistos os documentos produzidos entre janeiro de 1952 e agosto de 1953, observa-se que a CIA foi a principal promotora de uma intervenção por parte dos

⁵⁰ Collis Almon.

⁵¹ Esse ocorrido, segundo Immerman (2004, p. 134-135), resultou na mudança do chefe da estação da CIA na Guatemala. Mudança essa que sinalizou o começo da operação PBSUCCESS.

⁵² Ver original: “[...] the show on the road”; tradução de minha autoria.

Estados Unidos na Guatemala, mas que, por conta de fatores internos e da conjuntura externa, a opinião do Departamento de Estado prevalecia sobre a agência, como foi o caso do cancelamento da operação PBFORTUNE em 1952. Apenas quando o cenário político interno muda, com uma nova configuração interna do governo estadunidense⁵³ e uma nova abordagem da política externa estadunidense, a partir da eleição de 1953 para a presidência dos Estados Unidos, o alto escalão do Departamento de Estado indicado por Eisenhower lança sobre a Guatemala um olhar renovado para a ideia de intervir diretamente no país, diferentemente do olhar de 1952. Em agosto de 1953, portanto, uma nova operação é autorizada pelo NSC, conselho que, além do presidente dos Estados Unidos, era composto por diversos membros do governo norte-americano, incluindo do Departamento do Estado. Portanto, é possível concluir que o caminho até a aprovação formal para a execução da operação PBSUCCESS foi repleto de turbulências, as quais perpassaram duas administrações presidenciais: a de Harry S. Truman e a de Dwight D. Eisenhower.

⁵³ Como a escolha de determinados indivíduos para cargos governamentais de grande importância nas decisões presidenciais e relações externas.

THE UNITED STATES AND THE GUATEMALA COUP: THE ROAD TO OPERATION PBSUCCESS FROM THE U.S. GOVERNMENT'S INSIDE PERSPECTIVE

Abstract: The aim of this paper is to present how the PBSUCCESS operation, which resulted in the first coup d'état carried out by the United States in a Latin American country during the Cold War, was approved from the internal perspective of the US government. Using official documentary sources, released through the Foreign Relations of the United States, which date from 1952 to 1953 and were produced mainly by the State Department, the CIA and the US embassy in Guatemala, the central problem of this article is to comprehend which US government department or agency prevailed in the internal debate so that the intervention in Guatemala in 1954 was approved. First, the Guatemalan Revolution of 1944 will be discussed, which changed the course of Guatemalan society, breaking with the dictatorship of Jorge Ubico, who had ruled the country since 1931. Next, the monitoring of Guatemala by the USA until 1952 will be treated. After this contextualization, the approval, in 1953, of the intervention in Guatemala, which took place in June 1954, will be the main focus of this article.

Key-words: Cold War. Guatemalan Coup. U.S. interventionism.

ESTADOS UNIDOS Y EL GOLPE DE ESTADO EN GUATEMALA: EL CAMINO HACIA EL ÉXITO DE LA OPERACIÓN PBSUCCESS DESDE LA PERSPECTIVA INTERNA DEL GOBIERNO ESTADOUNIDENSE

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo presentar cómo se dio la aprobación de la operación PBSUCCESS, que resultó en el primer golpe de Estado realizado por los Estados Unidos en un país latinoamericano durante la Guerra Fría desde la perspectiva interna del gobierno estadounidense. Utilizando fuentes documentales oficiales, liberadas a través del Foreign Relations of the United States, que datan de 1952 a 1953 y que fueron producidas principalmente por el Departamento de Estado, la CIA y la embajada de los EE.UU. en Guatemala, el presente artículo tiene como problemática central comprender qué departamento o agencia gubernamental estadounidense prevaleció en el debate interno para que la intervención en Guatemala en 1954 fuera aprobada. Primero se abordará la Revolución Guatemalteca de 1944, que alteró los rumbos de la sociedad guatemalteca, rompiendo con la dictadura de Jorge Ubico, que gobernaba el país desde 1931. A continuación, discutiremos el seguimiento de la situación en Guatemala por parte de Estados Unidos hasta 1952. Después de esta contextualización, se discutirá cómo se dio la aprobación, en 1953, de la intervención en Guatemala, que ocurriría en junio de 1954.

Palabras-clave: Guerra Fría. Golpe de Guatemala. Intervencionismo estadounidense.

Referências

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do Império Americano:** da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CULLATHER, Nick. **Secret History:** The CIA's classified account of its operations in Guatemala, 1952-1954. Stanford, California: Stanford University Press, 2006.

GLEIJESES, Piero. **Shattered Hope:** The Guatemalan Revolution and the United States, 1944-1954. Princeton: Princeton University Press, 1991.

HOLLY, Susan K.; PATTERSON, David S. (org.) **Foreign Relations of the United States**, 1952-1954: Guatemala. Washington: United States Government Printing Office, 2003.

IMMERMAN, Richard H. **The CIA in Guatemala**: The foreign policy of intervention. Austin: University of Texas Press, 2004.

KANE, N. Stephen; SANFORD Jr., William F.; SLANY, William Z. (org.) **Foreign Relations of the United States**, 1952-1954. The American Republics. Volume IV. Washington: United States Government Printing Office, 1983.

MUNHOZ, Sidnei José. **Guerra Fria**: história e historiografia. [s.l.]: Appris, 2020.

NEW YORK TIMES. (<https://www.nytimes.com>) **New York Times**, Nova York, [s.d.]. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1981/04/19/obituaries/rudolf-schoenfeld-ambassador-to-3-nations-for-us-dies-at-86.html>. Acesso em: 31 out. 2023.

OFFICE OF THE HISTORIAN. (<https://history.state.gov>) Washington: **Office of the Historian**, [s.d.]. Disponível em: <https://history.state.gov/departments/history/people/dulles-john-foster>. Acesso em: 31 out. 2023.

OFFICE OF THE HISTORIAN. (<https://history.state.gov>) Washington: **Office of the Historian**, [s.d.]. Disponível em: <https://history.state.gov/departments/history/people/peurifoy-john-emil>. Acesso em: 31 out. 2023.

RABE, Stephen G. **The Killing Zone**: The United States Wages Cold War in Latin America. Oxford Press, 2015.

SANTOS, Marcelo. A política externa dos EUA para a América Latina: da Doutrina Monroe à Diplomacia Total. In: **O poder norte-americano e a América Latina no pós-guerra fria**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2007.

SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos: poder e submissão**: uma história da política norte-americana em relação à América Latina. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

STREETER, Stephen. Interpreting the 1954 U.S. Intervention in Guatemala: Realist, Revisionist, and Postrevisionist Perspectives. **The History Teacher**, v. 34, n. 1, p. 1-20, 2000.

VICENTE, R. Un castillo armado: el primer golpe de la CIA en América Latina. **Ciclos en la Historia, la Economía y la Sociedad**, n. 43, 20 fev. 2014.

Fontes documentais

HOLLY, Susan K.; PATTERSON, David S. (org.) **Foreign Relations of the United States**, 1952-1954: Guatemala. Washington: Government Printing Office, 2003. Documento 2

HOLLY, Susan K.; PATTERSON, David S. (org.) **Foreign Relations of the United States, 1952-1954: Guatemala**. Washington: Government Printing Office, 2003. Documento 6.

HOLLY, Susan K.; PATTERSON, David S. (org.) **Foreign Relations of the United States, 1952-1954: Guatemala**. Washington: Government Printing Office, 2003. Documento 7.

HOLLY, Susan K.; PATTERSON, David S. (org.) **Foreign Relations of the United States, 1952-1954: Guatemala**. Washington: Government Printing Office, 2003. Documento 8.

HOLLY, Susan K.; PATTERSON, David S. (org.) **Foreign Relations of the United States, 1952-1954: Guatemala**. Washington: Government Printing Office, 2003. Documento 9.

HOLLY, Susan K.; PATTERSON, David S. (org.) **Foreign Relations of the United States, 1952-1954: Guatemala**. Washington: Government Printing Office, 2003. Documento 12.

HOLLY, Susan K.; PATTERSON, David S. (org.) **Foreign Relations of the United States, 1952-1954: Guatemala**. Washington: Government Printing Office, 2003. Documento 20.

HOLLY, Susan K.; PATTERSON, David S. (org.) **Foreign Relations of the United States, 1952-1954: Guatemala**. Washington: Government Printing Office, 2003. Documento 24.

HOLLY, Susan K.; PATTERSON, David S. (org.) **Foreign Relations of the United States, 1952-1954: Guatemala**. Washington: Government Printing Office, 2003. Documento 25.

HOLLY, Susan K.; PATTERSON, David S. (org.) **Foreign Relations of the United States, 1952-1954: Guatemala**. Washington: Government Printing Office, 2003. Documento 26.

HOLLY, Susan K.; PATTERSON, David S. (org.) **Foreign Relations of the United States, 1952-1954: Guatemala**. Washington: Government Printing Office, 2003. Documento 27.

HOLLY, Susan K.; PATTERSON, David S. (org.) **Foreign Relations of the United States, 1952-1954: Guatemala**. Washington: Government Printing Office, 2003. Documento 29.

HOLLY, Susan K.; PATTERSON, David S. (org.) **Foreign Relations of the United States, 1952-1954: Guatemala**. Washington: Government Printing Office, 2003. Documento 30.

HOLLY, Susan K.; PATTERSON, David S. (org.) **Foreign Relations of the United States, 1952-1954: Guatemala**. Washington: Government Printing Office, 2003. Documento 32.

HOLLY, Susan K.; PATTERSON, David S. (org.) **Foreign Relations of the United States, 1952-1954: Guatemala**. Washington: Government Printing Office, 2003. Documento 33.

HOLLY, Susan K.; PATTERSON, David S. (org.) **Foreign Relations of the United States, 1952-1954: Guatemala**. Washington: Government Printing Office, 2003. Documento 34.

HOLLY, Susan K.; PATTERSON, David S. (org.) **Foreign Relations of the United States, 1952-1954: Guatemala**. Washington: Government Printing Office, 2003. Documento 36.

HOLLY, Susan K.; PATTERSON, David S. (org.) **Foreign Relations of the United States, 1952-1954: Guatemala**. Washington: Government Printing Office, 2003. Documento 37.

HOLLY, Susan K.; PATTERSON, David S. (org.) **Foreign Relations of the United States, 1952-1954: Guatemala**. Washington: Government Printing Office, 2003. Documento 40.

HOLLY, Susan K.; PATTERSON, David S. (org.) **Foreign Relations of the United States, 1952-1954: Guatemala**. Washington: Government Printing Office, 2003. Documento 41.

HOLLY, Susan K.; PATTERSON, David S. (org.) **Foreign Relations of the United States, 1952-1954: Guatemala**. Washington: Government Printing Office, 2003. Documento 42.

KANE, N. Stephen; SANFORD Jr., William F.; SLANY, Willian Z. (org.) **Foreign Relations of the United States, 1952-1954. The American Republics**. Washington: Government Printing Office, 1983, p. 1039-1041.

KANE, N. Stephen; SANFORD Jr., William F.; SLANY, Willian Z. (org.) **Foreign Relations of the United States, 1952-1954. The American Republics**. Washington: Government Printing Office, 1983, p. 1041-1043.

KANE, N. Stephen; SANFORD Jr., William F.; SLANY, Willian Z. (org.) **Foreign Relations of the United States, 1952-1954. The American Republics**. Washington: Government Printing Office, 1983, p. 1050-1052.

KANE, N. Stephen; SANFORD Jr., William F.; SLANY, Willian Z. (org.) **Foreign Relations of the United States, 1952-1954. The American Republics**. Washington: Government Printing Office, 1983, p. 1052-1055.

KANE, N. Stephen; SANFORD Jr., William F.; SLANY, Willian Z. (org.) **Foreign Relations of the United States, 1952-1954.** The American Republics. Washington: Government Printing Office, 1983, p. 1055-1056.

KANE, N. Stephen; SANFORD Jr., William F.; SLANY, Willian Z. (org.) **Foreign Relations of the United States, 1952-1954.** The American Republics. Washington: Government Printing Office, 1983, p. 1058-1061.

KANE, N. Stephen; SANFORD Jr., William F.; SLANY, Willian Z. (org.) **Foreign Relations of the United States, 1952-1954.** The American Republics. Washington: Government Printing Office, 1983, p. 1061-1071.

KANE, N. Stephen; SANFORD Jr., William F.; SLANY, Willian Z. (org.) **Foreign Relations of the United States, 1952-1954.** The American Republics. Washington: Government Printing Office, 1983, p. 1071-1073.

KANE, N. Stephen; SANFORD Jr., William F.; SLANY, Willian Z. (org.) **Foreign Relations of the United States, 1952-1954.** The American Republics. Washington: Government Printing Office, 1983, p. 1074-1086.

SOBRE O AUTOR

Lauro Niehues Carrer é doutorando em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Recebido em 06/01/2025

Aceito em 30/05/2025